Decreto n.º 26:312

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 2.450\$, destinado ao pagamento de portes de correio e telégrafo e telefones das direcções de finanças districtais e repartições concelhias, devendo a referida quantia ser adicionada: 1.450\$ aos 50 por cento, a que se refere o decreto n.º 25:299, da verba de 5.000\$ inscrita no n.º 1) do artigo 220.º, capítulo 13.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1934-1935, e 1.000\$ aos 50 por cento, a que se refere o citado decreto n.º 25:299, da verba de 6.000\$ inscrita no n.º 2) dos mesmos artigo, capítulo e orçamento.

Art. 2.º É anulada igual quantia de 2.450\$ nos 50 por cento, a que se refere o aludido decreto n.º 25:299, da verba de 250.000\$ inscrita no n.º 2) do artigo 223.º dos mesmos capítulo e orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

Decreto n.º 26:313

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1) do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 700\$, destinado ao pagamento de chamadas telefónicas, devendo a mesma importância ser adicionada aos 50 por cento, a que se refere o decreto n.º 25:299, da verba de 1.000\$ inscrita no n.º 2) do artigo 36.º, capítulo 3.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1934-1935.

Art. 2.º É anulada igual importância de 700\$ nos 50 por cento, a que se refere o mencionado decreto n.º 25:299, da verba de 10.000\$ inscrita no n.º 2) do artigo 145.º, capítulo 10.º, do mesmo orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

Decreto n.º 26:314

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea d) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930,

depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 47.583\$10, destinado ao pagamento de impressos fornecidos à Direcção Geral da Contabilidade Pública pela Imprensa Nacional de Lisboa, de Julho de 1934 a Junho de 1935, devendo a mesma importância ser adicionada à verba de 158.000\$ inscrita no n.º 1) do artigo 197.º, capítulo 12.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1934-1935.

Art. 2.º É anulada igual importância de 47.583\$10 na verba de 13:000.000\$ inscrita no n.º 1) do artigo 9.º, capítulo 1.º, do mesmo orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DA MARINHA**6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública****Decreto n.º 26:315**

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 1:252.000\$, destinado a reforçar, com as importâncias que vão indicadas, a parte complementar das dotações inscritas nas seguintes classificações do orçamento do segundo dos citados Ministérios para o ano económico de 1934-1935:

CAPÍTULO 3.º**Comando Geral da Armada****Hospital da Marinha***Despesas com o material:*

Artigo 31.º — Aquisições de utilização permanente:

1) Aquisição de móveis:

a) Máquinas, aparelhos, instrumentos, etc., para os gabinetes de clínicas especiais, etc. 15.000\$00

CAPÍTULO 4.º**Oficiais da corporação da armada***Despesas com o pessoal:*

Artigo 50.º — Outras despesas com o pessoal:

1) Ajudas de custo, despesas de deslocação, etc. 300.000\$00
3) Rações a oficiais, guardas-marinhas, etc. 35.000\$00
4) Subsídios para funerais de oficiais do activo, etc. 6.000\$00